

- 3 MAI 1986

Anc - CPEC X

ANC 88
Pasta Jan/Jul 86
054

Comissão já vota textos para nova Constituição

Assemb. Const

Rio — A comissão provisória de estudos constitucionais, presidida pelo ex-ministro Afonso Arinos de Mello Franco, realiza a partir desta segunda-feira no Hotel Glória rodada de reuniões, que deverá prosseguir até quarta-feira, para votação e aprovação dos textos relativos a três dos 10 capítulos em que foi subdividida a nova Carta a ser apresentada sob a forma de anteprojeto. O secretário-geral da comissão, Ney Prado, informou que fora recebidas mais de cem propostas e de emendas, formuladas por escrito pelos membros da comissão, sobretudo sobre questões ligadas à "Ordem Econômica".

Os membros da comissão, de posse dos relatórios elaborados pelos comitês temáticos constituídos para analisar a "Ordem Econômica" (comitê 8), a "Ordem Social" (comitê 9) e a "Defesa do Estado, da So-



cidade Civil e das Instituições Democráticas" (comitê 10), tiveram até o último dia 22 para enviar por escrito suas propostas de emendas. Entre elas, segundo Ney Prado, há uma sugestão de emenda substitutiva a todo o capítulo referente à "Ordem Econômica", encaminhada pelo tributarista Gilberto de Ulhoa Canto, que propõe a fusão em um único capítulo das ordens econômica e social.

LUCROS

Ney Prado revelou que a preocupação maior recaiu sobre aspectos de alta relevância como a participação dos trabalhadores nos lucros, estabilidade no emprego, o direito de greve, a reforma urbana, a reforma agrária e os princípios que norteiam o poder do Estado.

Afonso Arinos disse que as sugestões apresentadas foram catalogadas por sua assessoria e distribuídas aos membros da comissão, e foi elaborado um regulamento para as sessões da próxima semana, de modo a evitar dispersões e perda de tempo. O ex-ministro acredita que ao final dos trabalhos os temas debatidos estarão superados.

A tendência, ainda de acordo com o secretário-geral, deverá ser o exame das matérias, a partir do comitê 10, que estudou a "Defesa do Estado", seguindo pela ordem, até o comitê 1, que tratou dos "Princípios Fundamentais da Ordem Constitucional, a Organização Internacional e a Declaração dos Direitos". O comitê 5, "Poder Judiciário e Ministério Público", que não concluiu seu relatório na etapa anterior, continua agora aguardando sugestões do Supremo Tribunal Federal.

Afonso Arinos explicou que três ministros do STF encarregados de formular sugestões vão subordinar seus trabalhos ao plenário daquela corte antes de remetê-los à Comissão de Estudos Constitucionais. Segundo Arinos, todos os membros da comissão já estão informados.

CORREIO BRAZILIENSE

- 3 MAI 1986